

## REQUERIMENTO

Em 27 de maio de 2020, foi publicada a Lei Complementar nº 173/2020, cujo art. 8º, IX, impôs a vedação à contagem do período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 para fins de concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e outros direitos que implicassem aumento de despesa com pessoal em direitos decorrentes de tempo de serviço durante o período emergencial.

Com o fim da excepcionalidade dos efeitos administrativos decorrentes do período pandêmico, iniciaram-se tratativas para o restabelecimento dos direitos dos servidores públicos que experimentaram prejuízos decorrentes da não contagem de tempo de carreira durante o período da pandemia da Covid-19.

Foi, assim, que, no dia 12 de janeiro de 2026, foi publicada a Lei Complementar nº 226/2026, que revogou o dispositivo da LC nº 173/20 que impedia o cômputo do tempo de serviço para aquisição dos direitos suso referidos, oportunizando a retomada da contagem integral e o pagamento das parcelas retroativamente consideradas.

Assim dispõe a norma referida, verbis:

***Art. 1º Esta Lei Complementar altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para prever a autorização de pagamentos retroativos de anuênio, triênio, quinquênio, sexta-parte, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes ao quadro de pessoal de entes federativos que decretaram estado de calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19, na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).***

**Art. 2º A Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 8º-A:**  
**“Art. 8º-A. Lei do respectivo ente federativo poderá, na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), autorizar os pagamentos retroativos de anuênio, triênio, quinquênio, sexta-parte, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes, correspondentes ao período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, desde que respeitada sua disponibilidade orçamentária própria, observado o disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal, sem transferência de encargo financeiro a outro ente.”**

**Art. 3º Revoga-se o inciso IX do caput do art. 8º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.**

**Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.**

Destarte e por todo o exposto, serve o presente para requerer o restabelecimento da contagem do tempo de serviço por mim desempenhado no período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 para fins de aquisição de anuênios, triênios, quinquênios e licença-prêmio, bem como o pagamento do que me é devido a título do retroativo do quanto impago desde a suspensão da contagem de tempo até o seu restabelecimento.